

A Universidade de Brasília e o Programa Maria da Penha vai à Escola: uma parceria em prol de  
uma conscientização emancipatória

Silvia Lordello

Todos sabem que o papel social de uma universidade pública é algo relevante, pois representa um investimento público que deve devolver à sociedade uma produção de conhecimento científico que dialogue com as demandas da realidade. Em nosso país, o enfrentamento à violência contra a mulher, naturalizada pelas mazelas de um machismo estrutural, nos convoca como Universidade a trazer subsídios para o combate e erradicação da violência, sobretudo por meio de conteúdos na formação de profissionais e de cidadãos que se co-responsabilizem com esse desafio.

A Universidade de Brasília (UnB) recebeu, com muita honra, do Núcleo Judiciário da Mulher (NJM/TJDFT) a proposta de integrar um acordo de cooperação que envolve várias instituições parceiras instituindo o Programa “ Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a Violência contra a Mulher” (MPVE). Com o acordo recentemente renovado em 2021, temos muito a contruir nessa parceria.

Mas podemos nos perguntar: o que a UnB faz como integrante dessa rede? Explicitando um pouco para você, leitor, a Universidade Pública se organiza em três pilares sobre os quais constrói sua identidade. São eles: as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Programa MPVE apresenta ações em todos esses âmbitos. Atualmente, envolvemos no ensino a difusão deste programa em nossas disciplinas que tratam das Intervenções Psicossociais, no campo do enfrentamento à violência. Assim, nossos alunos, que estão em formação, atuarão como profissionais engajados nessa luta.

No Instituto de Psicologia, por exemplo, foram ofertados estágios e pesquisas, que propiciariam o contato dos alunos que estão concluindo o curso com esse programa e sua atuação em rede. É muito importante o que o MPVE propicia como co-construção dos diferentes partícipes tecendo essa rede e mostrando que esse modelo de atuação fortalece a visão articulada desejável para enfrentar o complexo fenômeno da violência. Além disso, na pesquisa, também conseguimos incluir alunos e coletar dados para gerar evidências no campo da efetividade desse programa. Entretanto, essa ação precisou ser adiada pela pandemia, mas em breve será retomada.

Quanto à extensão, ela é muito cara para nós, pois justamente representa a Universidade além de seu espaço físico, transcendendo para a comunidade a sua atuação. Nesse sentido, a participação dos professores da UnB nos cursos de formação promovidos pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) são tarefas que mostram a articulação da rede em um propósito comum.

Há dois cursos de formação que consideramos essenciais na capacitação dos educadores e que contam com aulas ministradas pelas professoras Silvia Lordello e Valeska Zanello. Um dos cursos se dedica à abordagem técnica das situações de violência e permite incluir todo o conhecimento produzido na Universidade sobre a intervenção e os encaminhamentos. O outro curso enfoca o enfrentamento às violências sexuais e convoca a universidade a apontar os caminhos que tem sido estudados para esse tipo de violação, como conhecer a dinâmica da violência sexual para reconhecer seus sinais e também discutir estratégias e materiais de apoio para a prevenção por meio da autoproteção.

Trabalhar com violência só faz sentido se atuarmos em rede. E isso é outro ponto forte desse acordo de cooperação. Com partícipes diversificados no DF, representantes de cerca de 14 instituições se reúnem bimestralmente para pensarem as ações de forma coletiva e colaborativa. Com a competente gestão do NJM, esse encontro é muito significativo para que conheçamos uns aos outros e nossas potencialidades como grupo para atuarmos na prevenção e enfrentamento à violência.

As ações em rede devem ser cooperativas e interdependentes, com vistas a objetivos comuns. Essa concepção de trabalho se mostra muito adequada diante de fenômenos psicossociais complexos, como a violência, que requerem diferentes saberes e ações complementares e articuladas. Mas neste grupo, o mais tocante não é o procedimento e sim a postura. A atuação do Programa MPVE não se limita a reuniões com trocas de informações entre os serviços, limitando o entendimento do que é ser rede. A articulação entre os partícipes funciona a partir de situações concretas, nas quais os profissionais que a compõem entendem que da integração das ações é que nascerão os resultados. E quando nos distanciamos um pouquinho dessa atitude, rapidamente o grupo faz uma autocrítica para que a rede não funcione só no discurso. Assim, com essa postura e compromisso, acreditamos que o trabalho do MPVE se torne cada vez mais potente e promissor.

Para saber mais: [www.unb.br](http://www.unb.br)